

11/8/2019

Projeto no início de 2020

Câmara e Associação de Turismo de Lisboa vão implementar rede de transportes fluviais no Tejo

A Câmara Municipal de Lisboa (CML) e a Associação de Turismo da cidade assinaram um protocolo que visa a implementação de uma rede de transportes fluviais no rio Tejo.

O protocolo, de acordo com a agência Lusa, estabelece que a CML e a Associação de Turismo de Lisboa (ATL) implementem, de forma progressiva, *“uma rede de infraestruturas de dinamização do transporte fluvial no Tejo que permita ampliar o sistema de transportes fluviais, públicos ou privados, turísticos e de lazer, coletivos ou individuais, ao longo da frente ribeirinha do Rio Tejo, na ligação entre margens e na conexão entre centros urbanos na Margem Sul”*.

Neste projeto, está ainda contemplada a construção e requalificação de marinas, docas, ancoradouros e pontões nas margens do rio Tejo e já foram identificadas algumas possibilidades de novos cais, nomeadamente na estação sul sueste, no Terreiro do Paço, no Parque das Nações, em Belém e no cais da Matinha, pertencente ao Porto de Lisboa e atualmente sem utilização.

O protocolo estabelece que *“a ATL deverá apresentar, até ao final do primeiro trimestre de 2020, uma proposta de infraestruturas a integrar no projeto e o respetivo faseamento”* e que *“as obras de construção e/ou reabilitação da primeira fase da rede de infraestruturas de acostagem deverão estar concluídas até ao final do primeiro semestre de 2021”*.

O documento assinado pelas duas entidades esclarece que *“o tráfego fluvial atualmente existente permite o transporte de passageiros e de mercadorias entre as duas margens do estuário [do Tejo]”, bem como “ao longo de uma parte significativa do rio”. Um potencial, diz o documento, “que não foi suficientemente explorado, seja para fins turísticos e de lazer, seja para transporte de passageiros, seja para outras formas de transporte fluvial como embarcações tradicionais, táxi boats ou Uber boats”*.

Lê-se ainda que *“efetivamente, a ampliação através do rio Tejo de novas opções de mobilidade, seja ao longo das margens, seja entre margens, permite simultaneamente potenciar novas oportunidades de negócio de iniciativa privada, dinamizar a economia real, permitindo alternativas de transporte mais flexíveis e diversificadas, passíveis de aproximar as margens entre si e os centros urbanos em cada margem, e promover o desenvolvimento económico e social e coesão territorial”*.

O documento, discutido em reunião privada do executivo, foi proposto pelo PSD e aprovado com os votos favoráveis do proponente, do PS e CDS-PP, tendo merecido os votos contra do BE e PCP.

Por: Sara Pelicano

Fonte: